



A IDEIA DE ATRASO E O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA MODERNIZAÇÃO PORTUGUESA DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

Eduardo Teixeira de Carvalho Junior*
eduardo@oecom.com.br

*Professor do Unicritiba, Pr; Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná, UFPR, Pr.

Recebido em 30/06/12 – Publicado em 19/10/12

RESUMO:

Neste artigo, discute-se as ideias de atraso e de reforma como elementos-chave para se compreender o papel da educação no processo reformista em Portugal, na segunda metade do século XVIII. Analisando algumas ideias de D. Luiz da Cunha, Antonio Nunes Ribeiro Sanches e Luiz Antonio Verney, argumenta-se que a ideia de atraso foi fundamental para legitimar e justificar a necessidade de reformas do período pombalino. Assim, pretende-se contribuir para uma melhor compreensão do contexto das ideias no governo de D. João V e seus efeitos no governo de D. José I, no âmbito do debate historiográfico sobre o Iluminismo em Portugal.

Palavras-chave: Educação; Iluminismo; Portugal; Século XVIII.

ABSTRACT:

This article discusses the ideas of delay and reform as key elements to understand the role of education in the portuguese reformist process during the second half of the XVIII Century. Analyzing some ideas of D. Luiz da Cunha, Antonio Nunes Ribeiro Sanches and Luiz Antonio Verney, the argument is that the delay was fundamental to legitimize and justify the need of reforms in the pombalino period. Therefore, it intends to contribute for a better comprehension of the ideas in the D. João V government context, its effects in the government of D. José I and for the historiographic debate on the Enlightenment in Portugal.

Key words: Education; Enlightenment; Portugal XVIII Century.

O Iluminismo é um tema paradigmático para o campo da história das ideias. Em geral, identifica-se como característica principal desse movimento a crítica da autoridade e da tradição, além do uso da razão para alcançar o progresso da vida em todos os campos da vida, em vista da construção de uma sociedade emancipada e laicizada. Essa é basicamente a definição do programa iluminista elaborada por Kant, no final do século XVIII, para quem trata-se de um processo através do qual cada indivíduo é chamado a contribuir livremente com suas ideias frente a um público crítico de leitores.¹

Ao longo do tempo foi esta a definição que acabou se impondo, pois, conforme Franco Venturi, “de Kant a Cassirer, e mais além, o Iluminismo europeu tem sido dominado por essa interpretação filosófica da *Aufklärung* alemã”.² Ainda segundo Venturi, a interpretação kantiana se tornou praticamente dominante, não permitindo compreender o “ritmo diferenciado do desenvolvimento do Iluminismo na Europa setecentista”.³ Isto se torna ainda mais patente no Iluminismo em Portugal e, conseqüentemente, em seus reflexos na América lusitana.

Foi este mesmo viés interpretativo que norteou as investigações sobre Portugal e o Brasil no século XVIII. Todavia, que, por suas particularidades históricas, apresentam uma série de dificuldades quando procuramos defini-los a partir deste modelo de interpretação da *Aufklärung*.⁴ Esse problema vem à tona na historiografia

¹ Cf. KANT, Immanuel. *Resposta à pergunta: que é “esclarecimento”?* Petrópolis: Vozes, 2005.

² Cf. VENTURI, Franco. *Utopia e reforma no Iluminismo*. Bauru: EDUSC, 2003.

³ *Ibid.*, p. 51.

⁴ CARVALHO, Flavio Rey de. *Um Iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772)*. São Paulo: Annablume, 2008. A mesma dificuldade pode ser encontrada quando se discute a questão do espaço público em Portugal fazendo uso do conceito habermasiano de esfera pública, conforme realizado em minha dissertação de mestrado: CARVALHO JR., Eduardo Teixeira de. *A questão do Iluminismo em Portugal: uma análise da obra de Verney*. Curitiba, 2005. 76 f. Dissertação **e-hum**, Belo Horizonte, Vol.5, N.2, pp. 25-44 (2012). Editora uniBH Disponível em: www.unibh.br/revistas/ehum

portuguesa dos séculos XIX e XX, quando autores como Oliveira Martins, Antero de Quental e Antonio Sérgio encamparam a ideia da existência de um atraso cultural de Portugal em relação ao que se passava no restante da Europa setecentista. Segundo esses autores, a cultura portuguesa da época foi marcada pelo obscurantismo, o que não raro levou ao pressuposto de que o Iluminismo não teria existido em Portugal.⁵

Entretanto, pesquisas mais recentes indicam que Portugal não esteve totalmente alheio aos efeitos do Iluminismo, como queriam fazer pensar os críticos mais radicais, como Luiz António Verney. Aliás, segundo Sebastião José da Silva Dias, “Verney deixou-se cegar pelas ‘luzes’ do século; exagerou os males da cultura nacional”.⁶ De fato, como apontou Antonio Manuel Hespanha, diante das mudanças que se operavam na Europa, “a questão era saber se o particular modo de ser da nação portuguesa (no que tinha ele de bem e mau) estava enraizado na própria natureza das coisas ou se era apenas a epidérmica consequência de costumes sociais ou políticos reformáveis”.⁷

No entanto, se a sociedade lusitana não viveu a mesma experiência do Iluminismo francês ou britânico, experimentou por seu turno uma trajetória histórica específica, como bem aponta Franco Venturi.⁸ O contato de alguns portugueses com nações estrangeiras e com as novas ideias que circulavam em ambientes intelectuais mais

(Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

⁵ Cf. OLIVEIRA, Ricardo. A monarquia portuguesa e as metamorfoses do império na primeira metade do século XVIII. Memória, História e Historiografia. p. 97. *Fronteiras*, Dourados, v. 11, n. 20, p. 95-122, jul/dez.2009.

⁶ DIAS, José Sebastião da Silva. *Portugal e a Cultura Europeia*. Coimbra: Editora: Coimbra, 1952. p. 217.

⁷ HESPANHA, António Manuel; SILVA, Ana Cristina Nogueira. A identidade portuguesa, p. 19. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. v. 4. Rio de Janeiro: Estampa, 1998. p. 19-32.

⁸Cf. VENTURI, op. cit.

avançados propiciou a eles que diagnosticassem a situação de Portugal como de crise e atraso intelectual. Assim, em contrapartida, formularam juízos sobre a necessidade de mudanças que viessem a fazer prosperar o reino. A ideia de atraso em relação a outros povos europeus está, em grande parte, no germe do debate historiográfico sobre o Iluminismo em Portugal, conforme é possível observar na produção dos séculos XIX e XX. Esta ideia é um elemento-chave para se compreender também os fundamentos filosóficos das “reformas pombalinas” que, de certa forma, vão ter na educação um aspecto nuclear e aglutinador.

Poderíamos questionar até que ponto esta ideia de atraso reflete uma situação real, mas talvez faça mais sentido pensar sobre sua eficácia, ou seja, em que medida sua utilização redundou na obtenção dos resultados pretendidos.⁹ Seu alcance pode ser percebido ainda na crise do Antigo Regime português, no contexto da emancipação política do Brasil, influenciando a mentalidade dos principais políticos da independência brasileira. A historiografia tem buscado explicar a formação destes intelectuais brasileiros a partir de uma cultura adquirida na Universidade de Coimbra, cuja reforma de 1772 refletia algumas ideias da primeira metade do século XVIII.¹⁰ É o caso de D. Luiz da Cunha, Antonio Nunes Ribeiro Sanches e Luiz Antonio Verney, autores geralmente identificados como “estrangeirados”.¹¹ Este termo costuma ser

⁹ Pretende-se seguir as contribuições de Skinner para o campo da história das ideias, para quem a linguagem pode ser entendida também como ação, o que torna importante pensar sobre as intenções desses atos. Cf. SKINNER, Quentin. *Visões da política: sobre os métodos históricos*. Alges: Difel, 2005. Cf. também AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

¹⁰ Cf. SILVA, Ana Rosa Clocllet da. *Inventando a Nação: Intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime (1750-1822)*. São Paulo: HUCITEC / FAPESP, 2006; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan / FAPERJ, 2003.

¹¹ Este termo já foi reavaliado por alguns historiadores que procuraram observar que estes autores, além de terem tido sua formação inicial em Portugal, não estavam alheios, nem fora da cultura portuguesa, só porque estavam no estrangeiro. Pelo contrário, participaram ativamente dos debates em torno dos problemas da sociedade portuguesa. Cf. MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real e-hum*, Belo Horizonte, Vol.5, N.2, pp. 25-44 (2012). Editora uniBH
Disponível em: www.unibh.br/revistas/ehum

utilizado na historiografia para denominar alguns portugueses que viveram a maior parte de suas vidas fora de Portugal e que a partir deste ponto de vista discorreram sobre alguns temas fundamentais do reformismo português. Embora possamos questionar até que ponto esses autores representavam uma corrente de opinião como um projeto político de oposição, conforme aponta Hespanha, é possível encontrar nas ideias desses intelectuais os princípios nucleares que orientaram as Reformas Pombalinas.¹²

A Identidade Portuguesa: o Problema da Relação entre Estado e Igreja

Podemos apresentar o discurso decadentista da primeira metade do século XVIII por meio de uma abordagem do *Verdadeiro Método de Estudar*, de Luis António Verney¹³, lançado em 1746. Esta obra, que causou grande polêmica, teve ampla divulgação nos meios letrados portugueses, o que não ocorreu, por exemplo, com os textos de D. Luís da Cunha¹⁴ e de Antonio Nunes Ribeiro Sanches¹⁵. Entretanto,

da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII. Coimbra: Edições Minerva, 2003. p. 350.

¹² CARDIM, Pedro. Processo político (1621-1807), p. 415. In: MATTOSO, José (Coord.). *História de Portugal*. vol 4. Rio de Janeiro : Editorial Estampa, 1998. p. 401-428.

¹³ Vivendo a maior parte de sua vida na Itália, Verney saiu de Portugal em 1736, aos 23 anos de idade, passando a residir em Roma, onde recebeu a sua primeira benesse, o arcediagado de Évora. Em Roma, teve contato com o ambiente intelectual italiano, correspondendo-se com filósofos como Ludovico Antonio Muratori e Antonio Genovesi. Cf. ANDRADE, António Alberto Banha de. *Verney e a cultura de seu tempo*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1966.

¹⁴ D. Luís da Cunha (1662-1749) iniciou sua carreira em 1696 como embaixador de Portugal em Londres. Em 1712 foi nomeado ministro plenipotenciário no Congresso de Utrecht e depois embaixador de Portugal em Madri. Mais tarde, viveu temporariamente em outras cidades da Europa, vindo a permanecer em Paris até sua morte em 1749. Ele e Alexandre de Gusmão foram figuras de destaque no campo da diplomacia no período joanino, vivenciando as principais questões da política externa portuguesa. Destacou-se pela sua vivência como embaixador nas principais capitais da Europa, o que lhe possibilitou uma visão bastante realista do concerto entre as principais potências do período.

¹⁵ Antonio Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783) foi sócio da Academia das Ciências de Paris e colaborou na *Encyclopédie*, escrevendo sobre diversos assuntos, com destaque para a medicina, a pedagogia e a economia. No catálogo de sua biblioteca encontravam-se além dos autores mercantilistas como W.Petty e Cantillon, autores modernos como Hobbes, Locke, Puffendorf, Montesquieu, Rousseau e portugueses como Verney, Vieira e Teodoro de Almeida. Cf. SERRÃO, **e-hum**, Belo Horizonte, Vol.5, N.2, pp. 25-44 (2012). Editora uniBH
Disponível em: www.unibh.br/revistas/ehum

devemos recordar que mesmo antes do *Verdadeiro Método de Estudar* estavam se processando na sociedade lusitana profundas transformações por meio de novas práticas culturais, novas formas de sociabilidade e, principalmente, pelo aumento da circulação de ideias – é o que sublinha Isabel Ferreira da Mota ao tratar do papel da Academia de História Portuguesa na formação e preparação da geração que iria conduzir as mudanças do reinado de D. José I.¹⁶ Desse modo, é possível detectar uma relação causal entre o diagnóstico do atraso português e as propostas de reforma, visão esta que, mesmo admitindo-se o risco de reducionismo e de uma análise linear, possibilita uma compreensão da importância da percepção do atraso como recurso para a legitimação das “reformas pombalinas”.

De forma geral, há uma leitura histórica muito presente nesses autores, comparando um período passado de glórias com um presente decadente.¹⁷ Portugal deixara de ser há muito a grande potência marítima da era dos descobrimentos, ao mesmo tempo que Holanda e Inglaterra o haviam superado economicamente. Portanto, era preciso compreender os motivos dessa decadência. D. Luís da Cunha, por exemplo, manifesta uma visão realista da situação portuguesa diante da Guerra de Restauração contra os espanhóis. Em seu *Testamento político*, de 1747, ao contrário dos mitos ligados aos “milagres” protagonizados pelos portugueses nesta guerra, percebe que as vitórias contra Castela não se deram por razões divinas, conforme era compartilhado por muitos portugueses, mas pelo fato de que não só os espanhóis se encontravam em diversas frentes de batalha como também porque interessava à Inglaterra e à França a independência de Portugal. Nesse sentido, no

José Vicente. Pensamento econômico e política econômica no período pombalino: o caso de Ribeiro Sanches, p. 5. *Ler História*, Lisboa, n. 9, p. 3-39, 1986.

¹⁶ Cf. MOTA, op. cit.

¹⁷ NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1989. p. 32.

e-hum, Belo Horizonte, Vol.5, N.2, pp. 25-44 (2012). Editora uniBH
Disponível em: www.unibh.br/revistas/ehum

frágil equilíbrio de forças entre as potências europeias, era fundamental tanto para a França quanto para a Inglaterra que a Espanha não se fizesse “senhora da prata e ouro, e mais produtos de Portugal e da América [...] e esta razão de Estado é o nosso melhor garante, em que contudo não devemos pôr toda a nossa confiança”.¹⁸

Outro importante intelectual que também se manifestou sobre a situação de atraso português foi Ribeiro Sanches, quem chamou atenção sobretudo para a situação de decadência do comércio e da agricultura em Portugal, o que acabava implicando inevitavelmente na questão da relação entre Estado e Igreja. Efetivamente, esta discussão embutia uma crítica a um dos pilares da identidade portuguesa: a pureza de seu catolicismo. Como se sabe, a Igreja em Portugal gozava de muitos privilégios. Cerca de um terço das terras do reino encontravam-se sob sua posse. Essas propriedades eram isentas de impostos, além de serem inalienáveis, o que era o mesmo que dizer que eram improdutivas. Outro problema era que, além de não contribuírem para as despesas do reino, causavam grandes prejuízos para o setor da agricultura e do comércio, pois desviavam grande parte dos recursos humanos para uma área que não gerava dividendos econômicos. A carreira eclesiástica era vista por grande parte da população como uma oportunidade de ascensão social. Além disso, o regime de celibato dos clérigos e religiosos não contribuía para o incremento populacional, o que, segundo o mercantilismo, era um dos principais fatores de riqueza de um Estado.

Outro aspecto ligado à identidade portuguesa era a intolerância católica em relação às demais confissões religiosas: a severidade da Inquisição na península havia provocado a fuga dos comerciantes judeus, fundamentais para o dinamismo do

¹⁸ D. Luis da Cunha. *Testamento Político* (1747), Apud CALAFATE, Pedro (Coord.). *Portugal como Problema: séculos XVII e XVIII - da obscuridade profética à evidência geométrica*. v. 2. Lisboa: Fundação Luso-Americana / Público, 2006. p. 166.

comércio. D. Luís da Cunha é bastante enfático sobre esta questão, articulando “razão temporal” com a “utilidade espiritual”:

Vi também muitos papéis, assaz longos, em que se apontam os meios para se extinguir em Portugal o judaísmo, mas não vi algum em que se tratasse de acordar a utilidade temporal do reino com a espiritual da religião, que é todo o meu objeto. Assento pois por princípio certo, que ninguém negará, que a utilidade temporal de Portugal requer que o reino se não despovoe, antes abunde em gente e que também o espiritual nos persuade a que nele se não consintam judeus, inimigos de Jesus Cristo.¹⁹

Neste excerto percebe-se como as necessidades do Estado português entravam em conflito com a sua forte identidade religiosa. Para o autor, a estreita relação entre os domínios político e religioso representava um obstáculo considerável para a modernização do Estado. O confisco dos bens dos hereges pela Igreja, através de “leis pervertidas”, afugentou os cristãos-novos e judeus que possuíam os cabedais necessários para a prática do comércio. Para D. Luiz da Cunha foi justamente esta intolerância que levou ao início da decadência do Império português, que “fez D. João III a perder as Índias Orientais, do estabelecimento da República da Holanda e a grandeza do comércio da Inglaterra”.²⁰ Para recuperar a glória perdida seria necessário uma nova forma de governar, voltada sobretudo para o fomento da indústria nacional. A defesa dos produtos fabricados internamente deveria partir do exemplo do próprio rei, pois os súditos acabariam por imitá-lo:

¹⁹ Ibid., p. 173.

²⁰ D. Luis da Cunha, *Instruções políticas* (1736), Apud CARDOSO, José Luis (Org.) *Portugal como Problema. A economia como solução (1625-1820): do mercantilismo à Ilustração*. v. 5. Lisboa, Fundação Luso-Americana / Público, 2006. p. 16.

e-hum, Belo Horizonte, Vol.5, N.2, pp. 25-44 (2012). Editora uniBH
Disponível em: www.unibh.br/revistas/ehum

Eu saí de Portugal vestido do nosso pano, e com ele apareci em Paris e em Londres, onde todos acharam muito bom; tanto com isto se tinham adiantado as nossas fábricas até que o dito tratado [de Methuen] foi causa de se não aperfeiçoarem ou se perderem, ajuntando-se, como já disse, a ruína dos que as animavam; de sorte que só o que digo as poderia restabelecer, fazendo Sua Majestade mau semblante aos que o não imitassem; porque isto bastará para que os seus vassallos não ousem comprar o que vem de fora.²¹

Como se vê nesta passagem, o Tratado de Methuen, assinado em 1703 entre Portugal e Inglaterra, era considerado o grande responsável pela ruína da indústria portuguesa. A manufatura têxtil, que já fora importante na nação, foi desestimulada após o tratado, o que provocou o declínio do cultivo cerealífero em favor da cultura da vinha, gerando a necessidade de importação de trigo.

Não obstante a posição de D. Luiz da Cunha, Vicente Serrão aponta que a mesma tendência pode ser observada em países que não assinaram semelhante tratado, e que outros fatores, como as condições de mercado e os custos de produção, podem ter contribuído, às vezes de maneira ainda mais decisiva que os termos do Tratado de Methuen, para a efetivação de tal cenário.²² Entretanto, note-se que, para além dos juízos de natureza econômica, a crítica ao tratado constituía-se principalmente em uma crítica à própria situação portuguesa. Aliás, conforme recorda Vicente Serrão, mesmo sem poder provar que estas críticas ao Tratado de Methuen correspondessem à realidade, mais tarde a sugestão de Ribeiro Sanches de “arrancar metade das vinhas e semeá-las de pão” seria adotada pelo governo pombalino em alvará de 26 de outubro de 1765.²³

²¹ Ibid., p.129.

²² SERRÃO, op. cit, p. 9.

²³ Id.

Educação: o Estado como Promotor das leis e dos Costumes

Segundo a visão histórica de Ribeiro Sanches, que serve como princípio norteador de toda a sua argumentação, existiriam dois modelos de monarquias, as “que se conservam pela espada”, que predominaram até a descoberta do Novo Mundo, e as “que se conservam através do Comércio e da Indústria”, que passaram a dominar no período mercantilista. Sanches argumenta que a Europa já havia superado a estrutura arcaica das sociedades medievais, organizadas a partir das conquistas e batalhas. Um novo dinamismo anunciava uma sociedade cuja riqueza cada vez mais era medida pelo comércio, na esteira do mercantilismo: “deste modo toda a Europa mudou de face: dantes se conservava roubando e conquistando, depois das Descobertas dos novos mundos começou a conservar-se pelo trabalho e indústria, base da Navegação e do Comércio”.²⁴

A partir daí, Ribeiro Sanches entende que é a educação o elemento propulsor e catalisador dessas transformações, dada a necessidade de “formar homens úteis à nação”, capazes de servir ao Estado e promover o crescimento do comércio e da indústria. Tratava-se de repensar a finalidade da educação, que até então era voltada para a formação de um “perfeito cristão”. Em sua argumentação, este tipo de educação servia às necessidades de uma “monarquia formada pela Conquista da espada”, mas já não se adequava às novas “monarquias conservadas pelo comércio”, que eram “as mais indissolúveis forças para sustentar e conservar o conquistado”. Um novo modelo de educação deveria ser implantado, sendo necessária toda uma reformulação de seus princípios, com a introdução de outros

²⁴ SANCHES, António Nunes Ribeiro. *Cartas para a educação da mocidade*. Covilhã (Portugal): Universidade da Beira Interior, 2003. p. 29.

conhecimentos, voltados mais para a utilidade do que para a erudição.²⁵ Por isso a necessidade de reformar o caráter confessional da universidade (com efeito, nessa época, o aluno jurava fidelidade ao papa e considerado herege se o traísse):

As ciências que se ensinam e ensinavam nestas Universidades desde o seu estabelecimento tanto em Portugal, como no resto da Europa Católica, sempre foram as mesmas; e as decisões do Decreto, das Decretais e das Clementinas foram tão observadas e ensinadas como as decisões do Concílio de Trento: a Mocidade não podia aprender outra doutrina; e quando vinham a ser Magistrados Desembargadores do Paço, e em outros Tribunais, não podiam propor lei alguma nova, ou ab-rogar alguma velha, que não fosse conforme à doutrina recebida que aprenderam nas Universidades Católicas; e como os Reis não tinham outra sorte de Mestres, nem de Conselheiros, firmavam tudo o que se lhes propunha, julgando-o útil para a conservação do Estado.²⁶

Mas para realizar estas mudanças, a educação deveria ser tutelada pelo Estado e não pela Igreja, o que tornava necessário discutir os fundamentos do próprio Estado:

O que constitui ser o Estado um ajuntamento, ou corpo civil e sagrado, é o *juramento de fidelidade* mútuo entre o Soberano e os Súbditos, tácita ou declaradamente. No acto desta convenção invocam os contratantes deste pacto ou contrato, a *Divindade* que mais veneram por *testemunha* e *caução*, que hão-de executar o que prometem sujeitando-se ao prémio ou ao castigo, conforme o cumprirem.²⁷

Vemos que, para Ribeiro Sanches, entre soberano e súditos, existe uma relação de reciprocidade: “o soberano de os conservar e os súditos, de obedecer”. Assim, o rei dispõe de toda a jurisdição para criar leis e fazê-las cumprir, pois é o “primeiro pai e conservador dos seus Estados”.²⁸ Considerando que para a correta administração do reino e sua conservação são necessários hábitos e costumes que tenham a utilidade como seu último fim, a educação deveria ser de responsabilidade do Estado e não da Igreja. Consequentemente, Ribeiro Sanches defende que é do “jus

²⁵ Ibid., p. 30.

²⁶ Ibid., p. 24.

²⁷ Ibid., p. 5.

²⁸ Ib.

da Majestade fomentar e promover a utilidade pública e particular com decência e que nenhuma requer maior atenção no ânimo do Soberano, do que a Educação da Mocidade”.²⁹ À Igreja, por seu lado, caberia se encarregar da administração dos sacramentos e dos bens espirituais. Desse modo, não haveria mais confusão sobre os pecados do fiel e os crimes do súdito, nem tampouco exagero nos castigos contra o primeiro como se fossem crimes contra o Estado civil.

A educação, portanto, teria papel fundamental neste processo, constituindo-se em mecanismo que tornaria possível intervir nos costumes e valores da sociedade portuguesa. Esta ideia também seria compartilhada por Sebastião José de Carvalho e Melo, feito marquês de Pombal em 1769, que sustentava os princípios da utilidade para a formação dos homens encarregados dos negócios do Estado.³⁰ O interessante é que, nesta perspectiva, a educação, para Ribeiro Sanches, não deveria ser universal, mas restritiva:

Que filhos de Jornaleiro, de Pescador, de Tambor, e outros ofícios vis e muito penosos, sem os quais não pode subsistir a República, quererão ficar no ofício de seus pais, se souberem ganhar a vida em outro mais honrado e menos trabalhoso? [...] o remédio seria abolir todas as escolas em semelhantes lugares [...] Todo o rapaz ou rapariga que aprendeu a ler e a escrever, se há-de ganhar o seu sustento com o seu trabalho, perde muito da sua força enquanto aprende; e adquire um hábito de preguiça e de liberdade desonesta.³¹

Para promover o interesse pelos ofícios manuais e mecânicos, era necessário proibir a instrução em pequenos lugarejos. Mais do que necessariamente uma visão elitista, esta disposição revela a preocupação com o desvio de recursos humanos para áreas consideradas improdutivas, como a carreira eclesiástica e a fidalguia. Esta

²⁹ Ibid., p. 8.

³⁰ Cf. SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Aritmética política e a administração do estado português na segunda metade do século XVIII. In: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Orgs.). *Temas setecentistas: governos e populações no Império português*. Curitiba: UFPR / Fundação Araucária, 2009, p. 143-152.

³¹ SANCHES, op. cit., p. 34.

opinião é tributária dos princípios mercantilistas, segundo os quais o trabalho, que dependia diretamente do componente demográfico, era o mais importante fator produtivo. Para os intérpretes desta concepção, como W. Petty e R. Cantillon, a população constituía a força essencial dos Estados e a existência de uma população grande e laboriosa era fundamental para a promoção da riqueza.³²

Verney e a Questão do Método de Ensino

Conforme já havia apontado Ribeiro Sanches, era preciso reformar a universidade para que a educação pudesse servir ao Estado. Para tanto, fazia-se necessário repensar o programa de ensino de acordo com os novos princípios, os quais colidiam com o modelo de educação praticado no reino, sob a tutela da Companhia de Jesus. Seria necessário a destruição do paradigma escolástico e sua substituição por outro modelo filosófico que atendesse aos princípios da utilidade. Verney fará um ataque direto ao método de ensino adotado pelos jesuítas, apontando sobretudo a insuficiência dos fundamentos filosóficos do modelo escolástico. O atraso deste modelo em relação aos avanços da filosofia moderna foi sistematicamente discutido nas dezesseis cartas que compõem o seu *Verdadeiro Método de Estudar*. A proposta de ensino nesta obra se coaduna com as exigências dos novos tempos, visando não a formação de eruditos e homens doutos, mas de “homens úteis à nação”.

Verney tinha plena consciência de que suas opiniões sofreriam a censura de “homens envelhecidos em certas opiniões e por um costume de que não há

³² Cf. SERRÃO, op. cit., p. 19.

memória”.³³ Apontava o preconceito dos portugueses em relação às novidades no campo científico que afluíam do estrangeiro. Dialogando com autores como Descartes, Newton, Locke e Pufendorf, ressaltava que seu interesse era guiado não pelas opções particulares de crença, mas sim pelo método e pela razão dos argumentos desses intelectuais. Nos setores mais conservadores da sociedade portuguesa, os autores elencados por Verney eram considerados suspeitos de incorrerem em heresia.

Verney exaltava o cosmopolitismo intelectual dos franceses, ingleses, holandeses e italianos, atribuindo o atraso cultural português a um excesso de orgulho. No *Verdadeiro método de estudar*, dedica um item inteiro à questão do preconceito e desprezo dos portugueses em relação à cultura estrangeira: “Sei que a maior parte dos homens vive mui satisfeita dos estilos e singularidades do seu país; mas não sei se há quem requinte este prejuízo com tanto excesso como Espanhóis e Portugueses”.³⁴ Defendia a filosofia discutida “naqueles países que dão leis ao mundo em matéria de erudição, e ainda em Roma, nas barbas do Papa.”³⁵ Por esse motivo foi acusado de ser “inimigo do reino, e por abraçar a moda dos estrangeiros”.³⁶ Comparando o ambiente intelectual de Portugal com o de outros países, em carta escrita de Roma, datada de primeiro de janeiro de 1753, acusava o atraso cultural dos portugueses à luz de seu passado glorioso:

³³ VERNEY, Luis Antonio. *Verdadeiro Método de Estudar*. v. 1. Lisboa: Livraria Sá da Cost, 1950. p.19.

³⁴ VERNEY, op. cit, p. 16.

³⁵ VERNEY, Luis Antonio de. *Respostas as reflexões que o R.P.M.Fr. Arsenio da Piedade Capucho fez ao livro intitulado: Verdadeiro método de estudar*. v. 3. Valência: Na oficina de Antonio Balle, 1748. p.8

³⁶ Conforme um jesuíta que usava o pseudônimo de padre Arsênio da Piedade que escreveu *Reflexões apologéticas*. Cf. ARAÚJO, José de. *Reflexões apologéticas a obra intitulada Verdadeiro método de estudar*. Valência: Na oficina de Antonio Balle, 1748. p.7.

e-hum, Belo Horizonte, Vol.5, N.2, pp. 25-44 (2012). Editora uniBH
Disponível em: www.unibh.br/revistas/ehum

Sempre reparei que alguns homens doutos que tem produzido a nossa nação floresceram comumente no século XVI em que era costume, ou virem cá aprender, ou irem lá ensinar e comunicar as luzes de outras nações. Quando cessou este costume, acabou-se a nossa glória.³⁷

Com efeito, Verney remete a uma época de glórias, em que Portugal foi pioneiro na exploração de novas rotas de comércio e nas descobertas ultramarinas. Passado este momento, Portugal se isolou em relação ao que se passava no restante da Europa e mergulhou em um processo de decadência. Este diagnóstico permaneceu hegemônico por muito tempo na historiografia portuguesa e seus reflexos são perceptíveis até hoje.

Diagnósticos Verdadeiros ou Discursos “Felizes”?

Na primeira metade do século XVIII, a economia portuguesa viveu um período de relativa prosperidade, sobretudo pelo influxo do ouro brasileiro. É interessante observar que o discurso decadentista tenha sua maior expressão justamente neste momento, o que nos faz pensar sobre a correspondência destes diagnósticos com a realidade: afinal de contas, de que decadência, ou atraso, tratam os autores apresentados? Aliás, conforme ressalta José Vicente Serrão, “estes elementos do discurso setecentista, entretanto, têm sido retomados pela historiografia do período [século XVIII], sem que sejam submetidos à verificação”.³⁸

Com o declínio do ciclo do ouro, pouco depois de 1750, e o grande terremoto de Lisboa, em 1755, o período de prosperidade sofre uma refluxo, coincidindo com a ascensão de Carvalho e Melo ao poder. É neste momento que as ideias de atraso terão uma resposta por meio de reformas, tendo a educação assumido o papel de

³⁷ Ibid., p. 53.

³⁸ SERRÃO, op. cit., p. 8.

principal instrumento para a formação dos futuros funcionários do Estado. Estes postulados terão expressão prática em 1759 com a substituição dos colégios jesuítas pelas primeiras classes reais de gramática latina, de grego, de retórica e de filosofia, e que se complementarão com a reforma da Universidade em 1772.³⁹ A responsabilidade pelo período de trevas vividas pelo reino, desde que D. João III havia entregue o encargo da educação aos jesuítas, apareceria no discurso da “Dedução Cronológica”, publicada em 1767, documento que se insere em outro momento histórico, a década das grandes reformas pombalinas, segundo a periodização proposta por José Subtil.⁴⁰ Conforme o próprio título da obra o afirmava (Dedução Cronológica e Analítica. Parte Primeira, na qual se manifestam pela sucessiva série cada um dos reinados da monarquia portuguesa, que decorreram desde o governo do senhor Rei D. João III até o presente, os horrorosos estragos, que a Companhia denominada de Jesus fez em Portugal), percebe-se claramente que a responsabilidade pelo estado de decadência do reino é imputada aos jesuítas. Este documento serviu principalmente para justificar a expulsão da Companhia de Jesus e pedir a sua extinção. Tal diagnóstico só foi possível por conta do discurso decadentista, que serviu como justificativa para legitimar as medidas de força do Estado em vista das reformas da educação.

Como a culpa pelo atraso não poderia ser atribuída nem aos reis nem aos nobres, assim os jesuítas foram utilizados como “bode expiatório” para representar todo o obscurantismo, as trevas e o estado de ignorância que haviam caído sobre o reino. Conforme aponta José Eduardo Franco, afirmava-se que “a partir do ensino, os

³⁹ Cf. ARAÚJO, Ana Cristina. Dirigismo cultural e formação de elites no Pombalismo. In: *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000. p. 11.

⁴⁰ Cf. SUBTIL, José. O processo político (1621-1807). In: MATTOSO, José (Coord.). *História de Portugal*. v. 4. Rio de Janeiro: Editorial Estampa, 1998. p. 415.

e-hum, Belo Horizonte, Vol.5, N.2, pp. 25-44 (2012). Editora uniBH
Disponível em: www.unibh.br/revistas/ehum

jesuítas teriam feito decair todos os setores de atividade do reino e a capacidade de elevação das suas instituições e figuras políticas, religiosas, literárias e científicas ao nível do prestígio e do reconhecimento das mais glorificadas da Europa.”⁴¹

Dessa maneira, em vista dos conteúdos dos discursos elaborados pelos autores com que se trabalhou, consideramos importante levar em conta o contexto no qual o uso de certas ideias circularam, por quem foram proferidas estas ideias e quais as suas intenções. Nesta perspectiva, avaliamos a força, os exageros, os recursos utilizados e o efeito desejado no momento em que foram expressos os “atos de discurso” de D. Luís da Cunha, de Ribeiro Sanches e de Verney. Seria o caso de reavaliar o êxito de seus discursos na sua capacidade de convencimento sobre o diagnóstico de uma situação de crise e atraso. A despeito do sucesso atribuído às ideias de Verney pela historiografia, muitas vezes considerado o principal arquiteto das reformas da Universidade de Coimbra,⁴² a sua autoavaliação é bastante pessimista. Desiludido e ressentido com o resultado de suas ações, comentou em 1786: “Eu sim tive ao principio particular ordem da Corte de iluminar a nossa nação em tudo o que pudesse, mas nunca me deram os meios para executar [...] Emfim Deus não quis que eu iluminasse a nossa nação e eu me conformo com a sua vontade”.⁴³

Procuramos apresentar de forma sintética as ideias de atraso e de reforma como elementos fundamentais do projeto reformista português, onde a educação teve papel central como função aglutinadora de todo este processo. No contexto de

⁴¹ FRANCO, José Eduardo. A ideia de Europa nas reformas pombalinas da educação. *Anais do Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. Uberlândia, abr. 2006. Disponível em: http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos590/jose_eduardo_franco.pdf > Acesso em: 15. abr. 2012.

⁴² Cf. ANDRADE, António Alberto Banha de. *Verney e a projecção de sua obra*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1980.

⁴³ Carta escrita de Roma, em 1786, ao Padre Joaquim de Foyos. In: MONCADA, Luis Cabral de. *Um Iluminista Português do Século XVIII: Luís Antonio Verney*. Coimbra: Arménio Amado, 1941. p. 148 **e-hum**, Belo Horizonte, Vol.5, N.2, pp. 25-44 (2012). Editora uniBH Disponível em: www.unibh.br/revistas/ehum

ideias do Portugal do século XVIII parece existir uma filosofia da história que teria como sua origem a escuridão e o progresso como seu destino. Era necessário afirmar o atraso e o distanciamento em relação aos avanços das demais nações para pavimentar o caminho de uma ampla reforma da sociedade. Esta interpretação ainda persiste, na medida em que a abordagem filosófica do Iluminismo se impõe como modelo de análise. Portugal talvez represente o caso mais emblemático do reformismo do século XVIII, onde a articulação entre ideia e ação terá nos conceitos de atraso e reforma o seu fio condutor. Se concordarmos com Kosselleck sobre o estado permanente de crise da modernidade, já não seria mais possível resgatar o lugar de Portugal na gênese deste processo histórico, pois seu desvio crônico tornaria esta tarefa estéril e sem sentido.⁴⁴ Por outro lado, uma das tarefas da historiografia contemporânea seria contornar estas dificuldades e reposicionar Portugal na sua historicidade própria. Conforme aponta Venturi, é preciso sair do “círculo mágico da tradição da *Aufklärung* alemã”.⁴⁵ Este parece ser o problema historiográfico que precisa ser discutido para uma melhor compreensão da modernidade portuguesa.

Referências:

ANDRADE, António Alberto Banha de. *Verney e a cultura de seu tempo*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1966.

_____. *Verney e a projecção de sua obra*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1980.

ARAÚJO, Ana Cristina. Dirigismo cultural e formação de elites no Pombalismo. In: *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000.

⁴⁴ Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

⁴⁵ Op. cit, VENTURI, p. 32.

ARAÚJO, José de. *Reflexões apologéticas a obra intitulada Verdadeiro método de estudar*. Valência: Na oficina de Antonio Balle, 1748.

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

CALAFATE, Pedro (coord.). *Portugal como problema: séculos XVII e XVIII - da obscuridade profética à evidência geométrica*. v. 2. Lisboa: Fundação Luso-Americana / Público, 2006.

CARDIM, Pedro. Processo político (1621-1807). In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. v. 4. Rio de Janeiro: Editorial Estampa, 1998. p. 401-428.

CARDOSO, José Luis (Org.) *Portugal como Problema. A economia como solução (1625-1820): do mercantilismo à Ilustração*. v. 5. Lisboa, Fundação Luso-Americana / Público, 2006.

CARVALHO JR., Eduardo Teixeira de. *A questão do Iluminismo em Portugal: uma análise da obra de Verney*. Curitiba, 2005. 76 f. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

CARVALHO, Flavio Rey de. *Um Iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772)*. São Paulo: Annablume, 2008.

DIAS, José Sebastião da Silva. *Portugal e a Cultura Europeia*. Coimbra: Editora: Coimbra, 1952.

FRANCO, José Eduardo. A ideia de Europa nas reformas pombalinas da educação. *Anais do Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. Uberlândia, abr. 2006. Disponível em: http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos590/jose_eduardo_franco.pdf > Acesso em: 15. abr. 2012.

HESPANHA, António Manuel; SILVA, Ana Cristina Nogueira. A identidade portuguesa. In: MATTOSO, José (Coord.). *História de Portugal*. v. 4. Rio de Janeiro: Editorial Estampa, 1998. p. 19-32.

KANT, Immanuel. *Resposta à pergunta: que é “esclarecimento”?* Petrópolis: Vozes, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

MONCADA, Luis Cabral de. *Um Iluminista Português do Século XVIII: Luís Antonio Verney*. Coimbra: Arménio Amado, 1941.

MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*. Coimbra: Edições Minerva, 2003.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan / FAPERJ, 2003.

e-hum, Belo Horizonte, Vol.5, N.2, pp. 25-44 (2012). Editora uniBH
Disponível em: www.unibh.br/revistas/ehum

NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

OLIVEIRA, Ricardo. A monarquia portuguesa e as metamorfoses do império na primeira metade do século XVIII. *Memória, História e Historiografia. Fronteiras, Dourados*, v. 11, n. 20, p. 95-122, jul/dez.2009.

SANCHES, António Nunes Ribeiro. *Cartas para a educação da mocidade*. Covilhã (Portugal): Universidade da Beira Interior, 2003.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Aritmética política e a administração do estado português na segunda metade do século XVIII. In: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Orgs.). *Temas setecentistas: governos e populações no Império português*. Curitiba: UFPR / Fundação Araucária, 2009, p. 143-152.

_____. Para a instrução dos homens encarregados dos negócios públicos no final do Antigo Regime português. In: FONSECA, Thais Nivia de Lima e (Orgs.). *As Reformas Pombalinas no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011, p. 205-226.

SERRÃO, José Vicente. Pensamento econômico e política econômica no período pombalino: o caso de Ribeiro Sanches. *Ler História*, Lisboa, n. 9, p. 3-39, 1986.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a Nação: Intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime (1750-1822)*. São Paulo: HUCITEC / FAPESP, 2006.

SKINNER, Quentin. *Visões da política: sobre os métodos históricos*. Algés: Difel, 2005.

SUBTIL, José. O processo político (1621-1807). In: MATTOSO, José (Cord.). *História de Portugal*. v. 4. Rio de Janeiro: Editorial Estampa, 1998.

VENTURI, Franco. *Utopia e Reforma no Iluminismo*. Bauru: EDUSC, 2003.

VERNEY, Luis Antonio de. Carta escrita de Roma em 1786 ao Padre Joaquim de Foyos. In: MONCADA, Luis Cabral de. *Um Iluminista Português do Século XVIII: Luís Antonio Verney*. Coimbra: Arménio Amado, 1941.

_____. *Respostas as reflexões que o R.P.M.Fr. Arsenio da Piedade Capucho fez ao livro intitulado: Verdadeiro método de estudar*. v. 3. Valência: Na oficina de Antonio Balle, 1748.

_____. *Verdadeiro Método de Estudar*. v. 1. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1950.